

Um olhar historiográfico do sentimento de pertença familiar no oeste do estado do Paraná – Brasil

A historiographic look at the sense of family belonging in the west of Parana state - Brazil

Samuelli Cristine Fernandes Heidemann¹

Elaine Cristina Francisco Volpato²

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Sumário: Introdução. Família e projeto de vida do casal. Parentesco e família: tensão entre “natural” X “artificial”. Infertilidade como empecilho para a constituição da família. A recusa da adoção. Considerações finais. Referências.

Resumo: O estudo refere-se as novas maneiras de contar e viver as famílias reconfiguradas, enfatiza o uso de tecnologias reprodutivas que procuram dar continuidade a famílias “convencionais”. A pesquisa qualitativa e explicativa ocupa-se da busca de solução para seus problemas de infertilidade na ânsia de ter os próprios filhos, de gerar descendentes, de dar continuidade à família. Mas que evidencia outros significados simbólicos vinculados à procriação de seres humanos e que legitimam, em última instância, a proposição de uma série de inovações biotecnológicas. São objetivos do ensaio o emergir de preocupações, incertezas e discussões sobre o valor da vida humana, o poder trazido ao homem, o significado simbólico da filiação, o apego aos laços sanguíneos sobre os afetivos e os perigos da intensa medicalização durante o processo de tratamento como reflexo de um “abuso” ao corpo feminino. As incertezas da infertilidade, repudiada como infortúnio, com o crescente apelo à procriação como forma de felicidade e de êxito pessoal, são alguns fatores que impulsionam a ocorrência de crises, angústia e depressão àqueles impossibilitados de gerar descendentes na população analisada.

Palavras-chave: Pertencimento; Família; Interdisciplinaridade; Procriação; Direito à vida.

Abstract: The study refers to new ways of telling and living the reconfigured families, emphasizes the use of reproductive technologies that seek to give continuity to “conventional” families. The qualitative and explanatory research is concerned with the search for a solution to their infertility problems in the eagerness to have their own children, to generate offspring, to give continuity to the family. But it highlights other symbolic meanings linked to the procreation of human beings and which ultimately legitimize the proposition of a series of biotechnological innovations. The aims of the essay are the emergence of concerns, uncertainties and discussions about the value of human life, the power brought to man, the symbolic meaning of filiation, the attachment to blood ties over affective ties and the dangers of intense medicalization during the treatment process as a reflection of an “abuse” of the female body. The uncertainties of

¹ Advogada. Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Advogada e Professora do Curso de Bacharelado em Direito em Marechal Candido Rondon PR Brasil, junto à UNIOESTE – Universidade do Oeste do Paraná, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras em Foz do Iguaçu PR Brasil; Especialista em Direito; Mestre em Direito; Doutora em Direito.

infertility, repudiated as misfortune, with the growing appeal to procreation as a form of happiness and personal success, are some factors that drive the occurrence of crises, anguish and depression to those unable to generate offspring in the population analyzed.

Keywords: Belonging; Family; Interdisciplinarity; Procreation; Right to life.

Introdução

O advento da família moderna centrada no amor, no afeto e na intimidade alcançou e revolucionou o espírito do casamento, de um ideal se tornou regra nas sociedades contemporâneas. Vivemos na era do casamento por amor, fato que alterou todo o jogo na visão de Ferry³. O efeito dessa inovação é visualizado na transição do "sagrado". Se antes ele repousava nas entidades inumanas (divindade, hierarquias sociais aristocráticas, Nação, Pátria, ideais revolucionários), agora está na própria humanidade, consequência das motivações sentimentais que consideram a pessoa como a única causa que, afinal, vale a pena.

A noção de amor, cuja escolha é soberana, está ligada à noção de indivíduo, inserido em dimensões mais ou menos (des)individualizadoras, como mostram Viveiros de Castro e Araújo⁴ e Velho⁵.

A individualização é passível de existir em todas as sociedades, sendo em algumas mais valorizada do que em outras, mas não é por ser mais incentivada em determinada coletividade que não tenha de seguir normas e padrões. Mesmo quando o agente empírico procura se individualizar e constituir-se significativamente como unidade, a sua valorização decorre como parte de um todo - linhagem, família, clã - seja em sociedades tribais, tradicionais ou complexas tradicionais.

O processo de nomeação em nossa sociedade ocidental individualista é um exemplo. O prenome é individualizante e o sobrenome insere o indivíduo em uma categoria mais ampla, a família. Nem sempre o prenome é inteiramente individualizante, quando em homenagem a um pai, a um avô, a um padrinho, etc. De qualquer forma, trata-se de um compromisso entre a individualização e a inserção em categorias mais amplas. O sobrenome também pode servir em muitos casos como referência e mapeamento, daí porque algumas perguntas ainda são comuns em certos segmentos da sociedade brasileira: "qual é a sua família?", "De que família você é?", "É de boa família?", situando o agente empírico dentro de uma categoria mais ampla e significativa".

Tendo por foco a família, em suas relações próprias, o estudo qualitativo e explicativo empreendido, deseja analisar o projeto de família brasileiro no momento presente, colhendo sua amostra de pesquisa do total de 9 (nove) entrevistados, houve a indicação de 7 (sete) deles, é a chamada técnica de amostragem bola de neve⁶ (*snowball*) em entrevistas semiestruturadas⁷ e observações atentas, realizadas nos anos

³ FERRY, L. *Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização*. Trad. Jorge Batos. Objetiva, Rio de Janeiro, 2010.

⁴ VIVEIROS DE CASTRO, E. B. de; ARAÚJO, R. B. de. "Romeu e Julieta e a origem do Estado". In: VELHO, Gilberto (comp.), *Arte e sociedade*. Zahar, Rio de Janeiro, 1977, p. 130-169.

⁵ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Zahar, Rio de Janeiro, 1999.

⁶ Técnica amostral que cresce à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes. A amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo.

⁷ Não houve a utilização de questionários, ou mesmo, de um roteiro de perguntas previamente estabelecido. São entrevistas menos rígidas e fechadas, caracterizadas pela liberdade na conversação. A função precípua para a coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada com mulheres e casais que enfrentaram os dilemas de uma relação infértil e a experiência da reprodução assistida objetivou buscar uma percepção de particularidades e experiências

de 2017 e 2018, na cidade de Marechal Cândido Rondon, na região Oeste do Estado do Paraná- BR, confrontando a sacralidade da vida com projetos mercantis de venda da fertilidade humana. Entre o direito e a tecnologia muito ainda precisa ser pesquisado de modo que as questões éticas e jurídicas se adensam no tema e merecem preocupação e pesquisas específicas. A maior contribuição esperada é lançar luz sobre o tema e fomentar o debate, nacional e internacional sobre a vida, a filiação e as relações familiares a partir do projeto de vida do casal.

Família e projeto de vida do casal

Nossos tempos sacralizam cada vez mais a experiência individual do agente empírico, ainda que inexistente um projeto individual “puro”, sem referência ao outro ou ao social. O projeto, quando composto por um grau de consciência, comporta uma noção culturalmente situada de riscos e perdas, além de cálculo e planejamento. A elaboração de projetos deriva de vivências, de experiências socioculturais e de interações interpretadas, sendo que da relação entre - projetos individuais e círculos sociais cujo agente se inclui ou deles participa - problemas podem surgir. Por isso,

O projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo quanto dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Portanto, insistindo, o projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação. Não é, nem pode ser fenômeno puramente subjetivo. Mas o projeto para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, é potencialmente público. Sua matéria-prima é cultural e em alguma medida, tende “fazer sentido”, um processo de interação com os contemporâneos, mesmo que seja rejeitado. Outra ideia importante é a de que os projetos mudam, um pode ser substituído por outro, podem se transformar. O “mundo” dos projetos é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade.⁸

Uma experiência individual poderá ser valorizada ou não a depender dos ideários políticos, dos sistemas filosóficos e das crenças religiosas de determinado contexto, sacralizá-la-ão como única, insubstituível e verdadeira ou encará-la-ão como fugaz, insignificante e irrelevante. No contexto da RA para as mulheres e casais de Marechal Cândido Rondon que pesquisei, o projeto individual, ainda que delimitado por circunstâncias e proporções, é também valorizado, sobretudo com relação a filhos e família.

Grandes metrópoles, comparadas a sociedades de pequena escala, têm maior fragmentação de papéis e maior heterogeneidade de experiências existenciais⁹. Isso não

individuais intrínsecas à complexidade associada à realidade social de cada entrevistado, haja vista que cada um deles expressa, no contexto da interação particular, um ponto de vista singular.

⁸ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 27.

⁹ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 32: “sugeri a personalidade *blasé* como adaptação a esse estilo de vida, com toda a marca do individualismo. Quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes”, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de *individualidade singular*. Por sua vez, a essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma maior elaboração de um projeto.

quer dizer que não haja atores a se moverem em círculos bastante fechados e em redes de relações restritas, mas os sujeitos das metrópoles são mais suscetíveis a invasões de seus mundos, a irrupções e crises ocasionadas pela proximidade física e sociológica com outros estilos de vida e definições de realidade. Eles recebem permanentemente mais estímulos e se deslocam entre ambientes e experiências variadas, do que os sujeitos em sociedades de pequena escala.

Para coleta de relatos pessoais, de modo a dar suporte fático e teórico a pesquisa, escolheu-se a cidade de Marechal Cândido Rondon, como exemplo de sociedade de pequena escala: homogênea, com redes de relações restritas e com poucos estímulos externos que, quando ocorrem, são acionados negativamente. Um exemplo de desconfiança ou da falta de conhecimento com o que é de fora se dá no receio das pessoas mais velhas em utilizar as tecnologias reprodutivas, conforme mencionado por Miguel¹⁰, que diz:

"Mas muitos desses antigos, eu não sei se é a nossa cultura, nós somos descendentes de alemães, se é a cultura muito fechada, se é muito reservada, né, isso a gente vê pelos primos dela (se refere à esposa) que talvez não tenham aquela visão aberta, né, a gente já tem um pouco mais de consciência, não vamo dizer que a gente é tão novo, mas também não é tão velho, né".

Logo, o comportamento e mesmo a individualização dessas pessoas seguem uma espécie de rito, em que a diversidade e a diferenciação são passíveis de coerção normalizadora, repressão institucional e rotulação como desviantes. De sorte que, a estrutura social em que vivemos é marcada por rígidas normas e um forte controle sobre as condutas dos indivíduos. "A família, especialmente, desempenharia essa função ao nível do cotidiano e das biografias. Daí a sua centralidade, o seu caráter de foco legitimador de sociabilidade"¹¹. A sociabilidade, portanto, corresponde ao desempenho dos papéis familiares como pai, esposo, filho, mulher, avô, etc., no tocante aos aspectos afetivos e emocionais da cultura. "Tudo, portanto, que perturbe ou torne ambíguos os desempenhos desses papéis ou os projetos a eles associados é visto como altamente perigoso".

Nesse processo de individualização o projeto individual se corporifica através da família nuclear. É a partir sobretudo de seu casamento e dos filhos que seus planos e objetivos a longo prazo ganham uma dimensão de continuidade temporal que, de certa forma, transcende sua própria existência pessoal. A família é representada, como já foi dito, como uma espécie de indivíduo-coletivo. É interessante perceber as nuances e a ambiguidade do discurso e da trajetória. Num movimento o indivíduo se destaca de sua família de origem, de seu universo de parentes. Em seguida funda a *sua família*. Quando utiliza essa categoria está se referindo ao seu casamento e a seus filhos. É claro que em outros contextos *família* poderá se referir aos seus pais, irmãos, tios e até a círculos mais amplos. Mas, na situação de acusação, família sempre é a sua família nuclear. As pessoas acusadas não são irmãos, nem primos ou cunhados, mas os *filhos enquanto parte do indivíduo-coletivo*. Estes carregam toda a responsabilidade pelo sucesso e prestígio da família. Creio que isso não significa, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, um momento

¹⁰ Entrevistado na pesquisa de campo. Todos os nomes utilizados para os entrevistados são fictícios.

¹¹ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 63.

de desindividualização realizado através da *família nuclear*, mas, pelo contrário, uma ênfase em um projeto individual que para se expressar necessita o espaço mínimo fornecido por casamento, mulher e filhos. Ou seja, a ideologia do individualismo não precisa manifestar-se exclusivamente através de uma linguagem que só fale ou valorize o indivíduo biológico propriamente dito. No caso, o mais importante é a relação entre o indivíduo pensado enquanto sujeito e biografia e a família nuclear tomada como indivíduo coletivo, como uma entidade individualizada.¹²

É sobre essa ideologia que o pensamento de meus entrevistados se assenta. A família, segundo suas perspectivas, é a concretização da entidade individualizada, de modo que eles só realizam seus projetos individuais e gozam de sociabilidade absoluta com a formação da família nuclear, formada por pai, mãe e filho biológico.

A cultura brasileira opõe o desenvolvimento da ideologia moderna individualista ao holismo da sociedade tradicional. Assim, por mais que a coletividade seja influenciada pelo modelo de indivíduo na cultura ocidental-moderno-contemporânea, sustentado pelas instituições oficiais e pelas agências legitimadas de conhecimento no cenário brasileiro, é importante que a ideia básica reflita dominância e não exclusividade, pois a margem relativa de escolha à disposição dos indivíduos e grupos que fogem à ideologia liberal burguesa individualista é preenchida pela noção de projeto¹³.

Salem¹⁴ chama atenção para a tônica individualista moderna que influencia os agentes a distanciarem-se, de um ponto de vista moral, das famílias de origem, visto que a moralidade prevalecente na geração parental é tomada como um modelo negativo para a estruturação de projetos alternativos. Em Marechal Cândido Rondon, no entanto, as categorias sangue, raça e nome de família assumem o signo da totalidade que engloba o indivíduo, e são lidas a partir de uma lógica familiar, ocorrendo uma inversão hierárquica dos segmentos individualistas.

“O valor que imputam à família nuclear - como uma entidade individualizada e destacada das redes de parentesco - esbarra em uma série de constrangimentos e de contra tendências”, diz Salem, sobretudo quando alianças são desfeitas e atingem de algum modo toda a rede de relações do casal – parentes e amigos -, fato denotador de uma união entre dois parceiros, por mais que suportada na escolha pessoal e na liberdade, cimentar uma totalidade que os transcende.

Como chamam atenção Vargas, Russo e Heilborn¹⁵, em meio às transformações de concepções e práticas reprodutivas alguns valores referentes ao gênero e à vida familiar permanecem intactos, “na medida em que o desejo de filhos também se expressa como a meta de constituição de família, cujo valor enfatiza o modelo de família conjugal como modelo social dominante”. Nesse sentido, a estreita relação com o modelo dominante estabelece à paternidade submissão a um relacionamento sexual com uma mulher. A lei brasileira reforça essa supremacia, quando prevê a paternidade

¹² VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 73-74.

¹³ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 108-109: “Em uma sociedade de classes, sem dúvida, um dos principais problemas é ver até que ponto certos projetos particulares podem ser considerados como de uma classe social específica, de um setor de classe, ou se não têm nenhum vínculo específico com classe, podendo ser relacionados com um grupo definido por outras variáveis, podendo mesmo atravessar diferentes classes sociais”.

¹⁴ SALEM, T. “Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”. *BIB*, Rio de Janeiro, 21, 1, 1986, p. 25-39.

¹⁵ VARGAS, E. P.; RUSSO, J. A.; HEILBORN, M. L. “Sexualidade e reprodução: usos e valores relativos ao desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro, Brasil”, *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(1), jan. 2010, p. 153-162.

somente pela via da adoção, de modo que não há amparo legal para o desejo de um “filho biológico”, como ocorre entre as mulheres. As mulheres e casais rondonenses almejam a tradicional família nuclear moderna, uma família individualizada do exterior, mas solidária, amorosa e afetuosa entre seus membros. A presença de filhos é condição fundamental para a constituição dessa família, recaindo sobre eles todas as projeções dos pais.

Parentesco e família: tensão entre “natural” x “artificial”

Considerar que todas as sociedades têm seu sistema de parentesco baseado na família biológica é um equívoco, mas essa definição equivocada ganhou proporções alarmantes. Eu diria que há poucas outras ideias capazes de obter maior unanimidade atualmente. O autor Lévi-Strauss¹⁶ vai ao cerne da questão quando diz:

Um sistema de parentesco não consiste nos laços objetivos de filiação ou de consanguinidade entre os indivíduos. Ele só existe na consciência dos homens; é um sistema arbitrário de representações, e não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato.

Marylin Strathern¹⁷ observa que “para o antropólogo moderno, os fatos do parentesco eram ao mesmo tempo fatos “naturais” e fatos culturais ou sociais”. Essa interpretação pode ter contaminado as projeções antropológicas sobre outras culturas nas formulações especificamente ocidentais sobre a “natureza” e os “laços naturais”. Obviamente, tal projeção foi alvo dos críticos da análise moderna do parentesco. Um dos mais eminentes desses críticos foi David Schneider¹⁸. Segundo a crítica, o maior problema diz respeito “ao modo específico pelo qual a antropologia moderna definiu o social ou o cultural em oposição ao biológico. As análises do parentesco começaram pondo a sociedade/cultura como um domínio de objetos e de métodos metafisicamente distinto de seu “outro”, a “natureza”. Por conseguinte, Lévi-Strauss¹⁹ indica que:

o estudo do parentesco é, pois, o estudo das relações que unem os homens entre si mediante laços baseados na consanguinidade, enquanto relação socialmente reconhecida, e na afinidade (a aliança matrimonial); tais relações encontram uma tradução nos sistemas de designação mútua (as terminologias de parentesco), nas regras de filiação que determinam a qualidade dos indivíduos como membros de um grupo e os seus direitos e deveres no interior do grupo, nas regras de aliança que orientam positiva ou negativamente a escolha do cônjuge, nas regras de residência, nas regras de transmissão dos elementos que constituem a identidade de cada um e, finalmente, nos tipos de agrupamentos sociais nos quais os indivíduos estão filiados.

Entretanto, essa definição não diz respeito às sociedades humanas para as quais a consanguinidade é o resultado de uma escolha. Na nossa sociedade, assim como em outras, a adoção cria laços consanguíneos fictícios com efeitos jurídicos tão constrangedores, quanto os da consanguinidade real: não é lícito casar com o irmão adotivo. A consanguinidade, ao mesmo tempo caracterizadora dos sistemas de

¹⁶ LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. 6. Ed., Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 61.

¹⁷ STRATHERN, M. *After nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Manchester University Press, Manchester, 1992a, p. 46.

¹⁸ SCHNEIDER, D. *A Critique of the Study of Kinship*. The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1984.

¹⁹ LÉVI-STRAUSS, C. *Enciclopédia 20. Parentesco*. EINAUDI, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 28.

parentesco pelo conjunto de regras que presidem a filiação, a residência e a aliança é também uma das possíveis relações socialmente reconhecidas nas sociedades humanas.

Conforme Schneider²⁰ e Barros²¹ descreveram, o estudo do parentesco nos EUA destaca duas categorias fundamentais do parentesco: a de sangue (da ordem "natural") e a de afinidade. Os parentes de sangue, segundo Schneider, estão ligados por seus atributos biogenéticos e se definem como família por compor o mesmo grupo doméstico, ao passo que os parentes por afinidade estão unidos a partir de relações ditadas pela lei, costumes e códigos de conduta.

A família, grupo doméstico unido pelo sangue, ostenta o posto de instituição superior a outras formações, dado o caráter positivo e afetivo das emoções que a descrevem e que provoca em seus membros, daí a razão pela qual ela amplia os quadros biológicos e legais do parentesco.

O caráter arbitrário das regras de parentesco e a maleabilidade das fronteiras familiares é determinante para que se tenha a possibilidade de escolha, por marcar a valorização dos laços de reciprocidade entre os parentes por permitir a amigos e compadres se enquadrarem como parentes simbólicos. Desse modo, o parentesco é comparado a uma "rede de malha estreita", pela superposição significativa de seus domínios, também compostos pela vizinhança e amizades. Amigos e vizinhos desempenham papel crucial na estruturação da visão de mundo dos agentes, na construção e na elaboração de suas identidades sociais e, ainda, na própria organização de sua sociabilidade. Mas, ainda que reconhecidos e valorizados nos contornos do parentesco, os autores sociais se autorrepresentam como englobados e encapsulados pela ordem familiar. Nesse entendimento, o domínio do parentesco é, portanto, demarcado pelas categorias: sangue, raça e nome de família, como bem ilustrou Abreu Filho.²²

O sangue é percebido pelos agentes como um vetor físico-moral, ou seja, ele significa não apenas uma substância formadora do corpo, mas também um elemento que forma o caráter, recobrando assim o campo de moral. Infere-se daí que os indivíduos, bem com as famílias elementares, não se percebem como individualidades irredutíveis e autônomas, mas antes, como partes de uma totalidade que os transcendem e os constroem. Além disso, observa-se também que, por vezes, estes indivíduos tendem a manipular a origem familiar apresentando-se não só como uma "aristocracia de espírito" mas também "de sangue". Várias outras evidências poderiam ser fornecidas, mas elas apenas endossariam o que, desde já, pode ser concluído: o parentesco desempenha um papel crucial na elaboração das identidades sociais no universo das camadas médias "até mesmo nos processos mais radicais de individualização".²³

O sangue como substância formadora do corpo e do caráter foi expresso por uma entrevistada quando relacionado à adoção da seguinte maneira:

"não gostaria que fosse uma criança talvez não tão grande porque, é, já teve muitas experiências doloridas, né, mas também

²⁰ SCHNEIDER, D. *American kinship: a cultural account*. Prentice-Hall, New Jersey, 1968.

²¹ BARROS, M. L. de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.

²² ABREU FILHO, O. de. *Raça, Sangue e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*, 1980. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²³ SALEM, T. "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". *BIB*, Rio de Janeiro, 21, 1, 1986, p. 30-33.

aquele fato tem que ser um recém-nascido, não, necessariamente, porque às vezes você pega um recém-nascido você nem sabe o que tudo já carrega da gravidez e se você pega uma criança ali de 2, 3 anos muita coisa você já observa"... "eu penso no máximo uns 3 anos, mais que isso eu acho que não, daí já interfere muito na personalidade, porque eu também quero interferir com uma vivência boa, né, não só com coisas negativas que ele já pode ter vivido".²⁴

De acordo com Velho²⁵, "a problemática do parentesco tende a ser reduzida e veiculada através de uma linguagem "psicologizante" que tem como foco a família nuclear tomada como fato universal e "natural". Para ele, existe uma complexidade maior associada às categorias da família e do parentesco no contexto metropolitano, as quais podem ser mais plásticas e moldáveis.

Ao contrário da afirmação de Velho, as relações familiares e de parentesco estudadas em Marechal Cândido Rondon podem ser compreendidas como mais definidas se comparadas a de grandes cidades, ao se moldarem em um espaço íntimo reduzido pela sociabilidade da população com laços de reciprocidade e solidariedade.

Na França, os casos de parentesco relacionados à categoria sangue, comportam ao pai legal provar que nunca tratou a criança como sua filha, de modo que um exame de sangue é necessário. Se o exame de sangue for negativo, o tribunal declara que ele não é juridicamente o pai. No caso do pai adotivo, ou por FIV como doador de esperma, a dimensão do sangue desaparece, segundo a lei francesa, e são apenas esses pais específicos que não podem contestar a paternidade. Na maternidade, conforme Weber²⁶, "as mães, em comparação com os pais, não têm na França direitos de maternidade, apenas deveres de maternagem"²⁷.

Para além da categoria sangue Schneider²⁸ aponta a diversidade de famílias que se realizam pelo viés do parentesco, entendido como um tipo de "fazer" e definido por práticas que instituem relacionamentos diversos e negociam a reprodução da vida e as demandas da morte. Famílias como a monoparental, recomposta, gerada "artificialmente", e homoparental são exemplos dessa mudança que, segundo Butler²⁹ não colocam em risco a função simbólica familiar.

Na verdade, não precisamos ser antropólogos para vermos a enorme multiplicidade de modelos de família contemporâneos, os quais não encontram possibilidades de se inserirem em definições rígidas de família e parentesco. O crescente número de uniões homossexuais, as adoções cada vez mais frequentes e as famílias recompostas de múltiplos casamentos são alguns exemplos que atingem não apenas os grupos populares, mas pessoas de camadas média e alta da população brasileira. Fica assim difícil falar em termos ideais: o "ideal" da família moderna conjugal não dá conta das práticas familiares e de parentesco contemporâneas³⁰.

²⁴ Entrevistada Monica.

²⁵ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999, p. 68.

²⁶ WEBER, F. "Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje". *Mana*, 12, 2, 2006, p. 489.

²⁷ WEBER, F. "Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje". *Mana*, 12, 2, 2006, p. 493-494: "O Estado francês é o maior fomentador da ideia: cabe aos filhos cuidarem de seus idosos, por outro lado, insinua que ninguém precisa incentivar a mãe a cuidar de seus filhos. "A relação mãe-filho é vista como um vínculo natural, que torna a norma social da maternagem muito mais forte do que a da paternagem".

²⁸ SCHNEIDER, D. M. "Conclusion". In: *"A Critique of the Study of Kinship"*. The University of Michigan Press, 1992.

²⁹ BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

³⁰ SCHUCH, P. *Família no plural: considerações sobre família e parentesco* (À Luz de seus Confrontos de Significados num Órgão de Justiça Juvenil). 2005. Disponível em: <www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/noticias/987/PatriceSchuch.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

A compreensão do Direito de Família também se desprende da posição legalista tradicional, ao abarcar tanto o parentesco consanguíneo como por afinidade. Essa compreensão jurídica vai além da noção de família como manutenção e transmissão do nome e do patrimônio, pois o arranjo familiar implica igualmente a realização de interesses afetivos e existenciais.

A noção de parentesco é central para as relações disciplinadas pelo Direito de Família, sendo o parentesco normalmente definido como o laço que une duas ou mais pessoas, em decorrência de uma delas descender da outra ou de ambas descenderem de genitor comum. É fácil perceber que tal conceito se refere ao parentesco consanguíneo, mas o ordenamento jurídico reconhece ao lado deste, o parentesco civil quando criado artificialmente pela lei em virtude da vontade dos interessados, o que ocorre através do instituto da adoção e mais recentemente da reprodução assistida (MOÁS; CORRÊA, 2010, p. 596-597).

Em virtude do alargamento conceitual o parentesco civil adquire status de gênero, do qual a adoção e a RA heteróloga³¹ são espécies³². Inegável, portanto, a nova espécie de parentesco resultante das inovações biotecnológicas aplicadas à reprodução humana, a qual segue o mesmo rito da adoção no que se refere ao parentesco, conforme determina o princípio Constitucional da igualdade.

A tônica que envolve o parentesco e a utilização de tecnologias que se apropriam de material genético alheio para a reprodução foi tema de debate em meados de 1991, na Grã-Bretanha. O paradoxo das "Mães Virgens" (mulheres solteiras que passaram a nutrir o desejo de filhos via concepção assistida, sem nenhuma experiência sexual e sem qualquer intenção de ter relação sexual) entendia que, se era possível desvincular sexo de procriação graças às práticas anticoncepcionais, também deveria ser viabilizado desvincular sexo de maternidade. Mas, a possibilidade foi encarada à época como um problema devido à ausência de parentesco pautado na parentalidade e pela substituição do intercurso sexual pela intervenção tecnológica, que transfere o realizado via ato sexual para os clínicos em laboratório. Em termos muito simples a questão é que, nessas circunstâncias, o próprio processo de concepção não pode ser a justificativa para unir pessoas e, nesse caso, não cria parentalidade. Os pais são criados por *decisões* de médicos e clínicos, entre outros. A maioria dos comentaristas supõe que o que está em jogo é a proteção da família nuclear heterossexual³³.

A cultura euro-americana tradicional julga correto que as crianças sejam criadas em famílias e aprendam com os pais o que significa um relacionamento amoroso. Segundo essa tradição a relação sexual entre os pais é sinônimo de amor conjugal, no qual se baseia o amor familiar e dentro desse relacionamento conjugal que julga o sexo "natural", o resultado filho também é entendido como "natural". *A posteriori*, o relacionamento que não tenha o resultado filho é qualificado como "artificial", daí o desejo de mulheres e de casais em querer se "normalizar", de modo que as tecnologias reprodutivas são facilitadoras, pois corrigem a natureza.

Infertilidade como empecilho para a constituição da família

O querer um bebê e o "viver" a maternidade levam muitas mulheres a fazerem "tudo pelo seu próprio filho". Ao se sentirem insatisfeitas com a descendência social mediante a adoção de crianças, revelam a importância do primado inscrito nos genes

³¹ Quando um ou ambos os gametas utilizados na RA são obtidos a partir de doadores anônimos.

³² FACHIN, L. E. "Direito além do novo Código Civil: novas situações sociais, filiação e família". *Revista brasileira de direito de família*. Porto Alegre, 5, 17, abr/maio, 2003, p. 101-121.

³³ STRATHERN, M. "Necessidades de pais, necessidades de mães". *Revista Estudos Feministas*, 3, 2, 1995, p. 306.

pela herança evolutiva, conferindo respaldo à “biologização da reprodução” e tornando a busca do filho pela RA um fim em si mesmo. Enfatizo a ponderação de Strathern³⁴, que relaciona satisfação, desejo e infertilidade: sem satisfação não há desejo, sem desejo de filho não há infertilidade e tampouco haveria procura de serviços de RA.

Como acabei de mencionar, a referência ao desejo de filhos se insere na lógica da constituição de família e, por essa via, o desejo de constituir família seria anterior ao desejo de filhos. O próprio desejo de constituir família se insere no propósito da reprodução, do desejo de garantir a continuidade através dos filhos. A dificuldade em não poder ser pai nem mãe deflagra o bloqueio à vazão de uma cultura pró-matrimônio fértil, fazendo com que os casais se sintam jogados no ostracismo social. Ou seja, não conseguindo gerar descendentes e ressignificar a própria relação, eles são tomados pela sensação de incompletude e se sentem marginalizados socialmente ou mesmo excluídos de determinados círculos. Para eles, o “dar à luz” muda de significado: de experiência física biológica converte-se em experiência social.

Desse modo, os casais denominados de inférteis pela medicina, pela falta da potencialidade reprodutiva, estão em situação de mão dupla: encontram-se mergulhados na crise de serem classificados como tal e, simultaneamente, vivem a “saga” da superação do que são...

Nas afirmações comuns a casais e médicos, o caminho do filho é constituinte da sua função social e principalmente da mulher, no projeto de conjugalidade ele é a expressão de que tudo vai bem. Sem o filho, além de não serem pais, também não se farão avós. Se não fizerem netos, não vincularão gerações e não transcenderão a si próprios. Transcender-se, neste conjunto social é dar continuidade a, pelo menos, duas dimensões. Uma é continuar o que são. Aqui poderíamos falar de código genético, expresso em falas como “a busca de um pedaço de mim”, “meu nariz”, “meu olho”, “meu cabelo”, “o jeitinho da avó”, expressões frequentemente ditas por mulheres. Outra dimensão é a do nome da família: “minha família terminaria aqui sem um filho”, ou “meu pai sempre desejou um neto”, dimensão associada à ideia de ter para quem deixar uma herança econômica e construir uma transcendência cultural, frequentemente associada à continuidade do nome, da parte dos homens³⁵.

No momento do nascimento o casal sela os laços definitivos e irrevogáveis entre as gerações anteriores com o novo nascido. É iniciada uma nova história, uma história para o futuro, marcada por um código genético e por uma experiência existencial respectiva, na qual eles próprios como pai e mãe se tornarão avós e farão de seus pais bisavós por meio das escolhas reprodutivas de seus filhos. Assim sendo, considero que a infertilidade não deve ser pensada apenas como doença, mas como a impossibilidade de se cumprir uma função social: a do casamento para gerar filhos e constituir família, como parece evidenciar a experiência de mulheres que se submeteram à reprodução assistida.

Pude perceber entre os interlocutores da pesquisa que a escolha pela maternidade e pela paternidade foi tardia, pois as idades variaram de 29 a 39 anos para os procedimentos reprodutivos. Também se evidencia nas falas o peso dessa escolha, o peso que a idade tem na vida, especialmente da mulher. “A mulher possui o relógio biológico”, disse Ana. A ideia de que se precisa correr contra o tempo também foi trazida por Monica: “Eu quero ter um filho, o tempo tá passando, eu tinha essa angústia do

³⁴ STRATHERN, M. *Reproduction the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester University Press, Manchester, 1992b.

³⁵ TAMANINI, M. “Novas tecnologias reprodutivas concepitivas: o paradoxo da vida e da morte”. *Revista Tecnologia e Sociedade*. Editora da UTFPR, Curitiba, 3, 2006a, p. 213.

tempo tá passando e eu queria ter tido filho mais cedo". Maria diz que antes de ter os gêmeos a idade foi algo que pesou para ela:

"Um dos motivos né de eu não ter conseguido engravidar naturalmente foi a própria idade, a questão da perda, cada vez que você menstrua você vai perdendo um óvulo, né, então...então, a idade sim, também acabou sendo uma pressão, né, ai tô entrando nos trinta e ainda não consegui ter filhos".

Um dos motivos para a procura por tratamento para a infertilidade após os 30 anos se relaciona à maior presença da mulher no mercado de trabalho, além da possibilidade de poder definir o momento oportuno de uma gravidez. A maternidade como um projeto, um ponto planejado com condições convenientes, leva muitas mulheres a retardarem a vinda dos filhos. "O nascimento do filho é, para esse grupo, um evento conscientemente planejado pelo casal, um projeto"³⁶.

A maternidade e a paternidade como um projeto foi mais uma coincidência que visualizei entre todos os meus entrevistados. As semelhanças evidenciadas nas conversas, biografias e vivências me levaram a concluir nesse sentido. O fato de 100% deles serem casados, estarem há pelo menos 5 (cinco) anos juntos antes de iniciar o tratamento médico para a procriação, serem profissionais estáveis (professor, agente universitário, assistente social, vendedor, farmacêutico), com idades aproximada de 30 anos, com um grau de escolaridade variando entre ensino superior e pós-graduação, além da praticamente unânime opção pela estabilidade financeira e profissional em detrimento de filhos me indicaram que a vinda dos filhos para eles é, de fato, um evento conscientemente programado, um projeto de vida do casal. As semelhanças mencionadas acima podem ser melhor percebidas nas seguintes narrativas:

"Primeiro era fazer faculdade, né, daí depois da faculdade fazer uma pós, fez a pós daí casamos, aí foi a casa, daí tinha a casa, tinha o carro, aí vamo fica vamo curti o casamento 1 ano, 2, daí vamo começa a pensa" ³⁷.

"Mas, assim, tipo, primeiro a gente evitou, aquela coisa primeiro ter casa, carro, aí depois, falei não, agora vamo pensar em ter um filho, daí demorou" ³⁸.

"Assim, primeiro nós tínhamos decidido ah, a gente vai ficar um tempo sem ter filhos, a gente vai se estabiliza, né, ter casa, ter trabalho, tá, tá tá, aí chego na hora, já tinha casa, já tinha carro, trabalho, tava estabilizado, agora vamo começa a pensar em ter filhos e aí não aconteceu como a gente pensava, porque você nunca pensa que vai ser difícil, que você não vai consegui e foi" ³⁹.

"Porque quando nós casamos eu estudava e o Marcos⁴⁰ também estudava, então nem pensa, depois eu terminei daí eu queria ter o emprego, daí eu tinha, daí agora vem o filho e o filho não vem, e o filho não vem e daí foi por isso" ⁴¹.

³⁶ VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 2. Ed., Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.

³⁷ Entrevistada Cristina.

³⁸ Entrevistada Deise.

³⁹ Entrevistada Maria.

⁴⁰ Nome fictício.

⁴¹ Entrevistada Miriam.

Das mulheres entrevistadas, 8 (oito) priorizaram a estabilidade financeira e profissional de modo que a vinda dos filhos ficou em segundo plano, como elas mesmas evidenciaram em suas falas, e apenas 1 (uma) não mencionou o motivo pelo qual demorou a pensar em filhos.

Conforme Barbosa⁴², o projeto de nascimento de um filho problematiza o momento da concepção, e é uma das condições "para que as mulheres, caso desejem, possam optar por uma gravidez tardia ao minimizar os efeitos da idade sobre seu material genético por meio da doação de óvulos e/ou embriões". Todavia, tudo isso reforça a visão de reprodução como função inerente à mulher, característica a ela estritamente vinculada como determinante do seu ser, ignorando um longo processo de questionamento da relação mulher-natureza.

Sob essa perspectiva, a visão da maternidade como um destino "inevitável" dá espaço à maternidade como uma "opção individual". Hoje em dia, esse chamado "destino inevitável" da maternidade encontra-se em paralelo com a representação da maternidade como projeto. Dessa forma, a maternidade pode ser percebida mais no sentido de cumprir a essência feminina ou como opção e desejo, do que um projeto que dá sentido à individualidade feminina, um projeto de vida para realização pessoal⁴³.

No caso brasileiro, relata Corrêa⁴⁴, a pesquisa micro em comparação ao universo macro da RA evidencia atitudes que cercam o processo reprodutivo em geral - os constrangimentos relativos à infertilidade, o projeto de vida com filhos e de constituição de uma família - levam a crer que a procura pela RA deve aumentar. Não é de agora que a dimensão à qual a procriação está ligada difunde tanto a ideia de felicidade, como também a de êxito pessoal, especialmente se observado o projeto de inserção maior, que liga os pais à socialização por meio do filho. O projeto de ter um filho, portanto, é uma das formas de inserção desses casais na comunidade intermediada por diversas instituições (escola, igreja, creche) e na relação com outras pessoas (professores, pais de amigos, padre/pastor, membros da igreja, vizinhos).

No contexto de sociabilidades, as tecnologias reprodutivas viriam a suprir esse vazio gerado pela infertilidade e pela impossibilidade do nascimento do almejado bebê, relacionado com ao plano subjetivo pela ótica dos sonhos, mas que precisa ser materializado, objetivado, a fim de fazer sentido, haja vista que o propósito maior, ainda que não divulgado pelos pais, seja a socialização completa destes que só é adquirida por meio daquele. Contrariada essa expectativa, vive-se, para alguns, uma espécie de meia socialização, decorrente da falta de filhos e, claro, da família nuclear - pai, mãe, filho. Nesse sentido, como indica Franklin⁴⁵, o moderno mito da infertilidade apela à emoção do casal, à esperança como uma forma de apresentar o sucesso médico-técnico, que proporciona uma óbvia e aparente naturalidade à capacidade da ciência e à "esperança da cura médica", que corporifica esse "desejo inato" por filhos e família.

E a emoção está intrinsecamente ligada às narrativas. Os meus entrevistados, cada qual a sua maneira, espontânea ou comedidamente, expressaram suas emoções, ora de alegria, ora de tristeza. Em geral, deparei-me com olhos marejados, choro, sorrisos, ansiedade, excitação, alegria, raiva, enfim. Os momentos de maior emoção dizem respeito à confirmação da gravidez, aos exames de ultrassonografia, ao nascimento dos filhos, a apresentações dos filhos para o Dia das Mães, entre outros.

"Era uma apreensão muito grande, porque era uma coisa que a gente queria muito muito muito, e era tão doido, sabe, acontece assim, não caía a ficha...eu lembro a primeira vez que a gente

⁴² BARBOSA, R.M. "Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas". *Revista Estudos Feministas*, 8, 1, 2000, p. 212.

⁴³ LUNA, N. *Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.

⁴⁴ CORRÊA, M. V. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* EdUERJ, Rio de Janeiro, 2001.

⁴⁵ FRANKLIN, S. *Embodied Progress. A cultural account of assisted conception*. Routledge, London and New York, 1997.

ouviu o coração (começa a chorar, intercala choro e riso) foi inacreditável...muito muito emocionante”⁴⁶.

“Quando deu positivo, meu Deus, eu chorei, eu e o meu esposo a gente se abraço e choro tanto, parecia crianças assim porque foi muito”...“Aiiii, tá batendo, nós chorava, os 3, os 3, a gente chorava, chorava, tá batendo, tá batendo os 3 (gargalhada) era uma emoção muito grande” (choro de emoção) (não conclui)⁴⁷.

Deise revive a primeira apresentação da filha na escola, em homenagem às mães, quando diz que: *“Tanto que a primeira homenagem assim dela, meuuuu, me matei chorando”*. E, Monica transborda de alegria ao falar que: *“O primeiro Dia das Mães, meu Deus, é maravilhoso, meu, é maravilhoso, é uma coisa* (não conclui).

Diante das falas emocionadas, é aceitável que a ausência involuntária de filhos seja encarada por alguns como drama e não apenas uma intenção frustrada de uma pessoa ou casal. Nossas referências ocidentais de família e de filhos são impositivas para o casal e justificam o investimento na terapêutica para infertilidade. Sob esse signo, os filhos se relacionam a símbolos e sinalizam a materialização do amor do casal na unidade do sangue com os ambos os pais, sendo que um casal sem filhos não é família. Longe de uma idiosincrasia de mulheres brasileiras, tal representação se encontra em outros países do ocidente. Stolcke⁴⁸ cita do Relatório Warnock⁴⁹ que “a família existe somente quando há filhos. Um casal não é família”. O tema da família, portanto, perpassa todo este estudo, uma vez que as tecnologias de procriação são consideradas meios para se obter filhos, constituindo família.

Para meus entrevistados um casal sem filhos não é visto como família, somente com filhos o casal ganha o *status* de família. Miguel fez questão de dizer: *“Casal é uma coisa, família é outra”*.

“Éé, na verdade, eu sentia falta, assim, eu me via, eu nos via, eu via a nós como casal, né, éé, agora como família, como eu sempre quis ter filhos, éé, eu achava que eu tinha que ter filhos, eu achava que a gente não podia encerra a nossa história só com dois, tinha que ser com pelo menos três, né, então, eu não conseguia nos ver (não conclui), faltava alguma coisa pra ser uma família”⁵⁰.

Portanto, é singular o pensamento das mulheres e dos casais com os quais conversei e o fundamento do Relatório Warnock, que consideram os filhos como elementos essenciais para se conceber uma família.

A recusa da adoção

As sociedades contemporâneas são altamente medicalizadas e o viver sem filhos, sob essa ótica, foi e é a razão da especulação de técnicas de se fazer bebês sob demanda, como as chamadas tecnologias reprodutivas. Elas formam um conjunto heterogêneo de técnicas médicas – tratam condições temporárias ou permanentes, mal ou bem definidas, de infertilidade. Logo, a dificuldade de engravidar durante um

⁴⁶ Entrevistada Ana.

⁴⁷ Entrevistada Monica.

⁴⁸ STOLCKE, V. “Derechos reproductivos”. In: AZEREDO, S. & STOLCKE, V. (Coords.) Direitos Reprodutivos. FCC/DPE, São Paulo, 1991, p. 83.

⁴⁹ WARNOCK, M. et al. *Report of the Committee of Inquiry into Human Fertilisation and Embryology*. Her Majesty’s Stationery Office, London, 1984.

⁵⁰ Entrevistada Maria.

casamento ou uma união com coabitação são fatores cruciais para a procura da ajuda médica, seja por impulso ou como reflexo do apego à continuidade por meio dos filhos.

A adoção de uma criança ou a simples aceitação da dificuldade são geralmente preteridas pela medicalização - a supremacia do vínculo sanguíneo é reforçada pelas tecnologias laboratoriais e desperta nos pacientes um sentimento de urgência que minimiza os riscos. De acordo com Barbosa⁵¹, apesar de a atual legislação civil e constitucional ter prestigiado o valor sócio-afetivo da filiação, as NTRs como técnicas ou como "tratamento", conferem fluidez ao papel do sangue e aos laços biológicos decorrentes do acesso ao "próprio filho".

Ao contrário dos bebês sob demanda das NTR, na adoção, são preponderantes o interesse da criança e o interesse social, por assegurarem e atribuírem meios à reprodução social dos já nascidos⁵².

Embora muitas mulheres se refiram frequentemente às numerosas, "crianças abandonadas que necessitam de um lar", a adoção aparece quase sempre como um último recurso. Isso porque a ideia da criação de um filho tem um sentido mais amplo do que o da socialização; a ideia de "reflexo de si" associada à criança, implicando não somente a transmissão de características sociais mas também e, sobretudo, de características biológicas. A ideia de criação implica não somente a fase da gravidez, o crescimento no próprio corpo, como também a visão de que o filho constitui uma espécie de prolongamento do corpo dos pais⁵³.

A adoção foi um dos temas abordados durante as entrevistas. Queria saber se ela foi ou é pensada como uma possibilidade para essas mulheres e casais. Como alguns autores evidenciaram, pude perceber, na interação face a face, certo "desprezo" pela adoção, sendo em alguns casos descartada de imediato. Na impossibilidade do filho biológico, quando aceita, geralmente é uma 2ª opção, após várias tentativas médicas, o que gera a impressão de que somente após esgotar as chances de uma gravidez a mulher parece estar pronta para ser mãe adotiva, ainda que com restrições relacionadas a cor, sexo e idade, por exemplo.

Dos 9 (nove) entrevistados, 5 (cinco) simplesmente não cogitaram a adoção como uma opção à negativa de filhos, 3 (três) deles até aceitaram uma possível adoção, mas ela de fato não aconteceu e 1 (um) elegeu a adoção como uma 2ª alternativa, em caso de insucesso da RA, o que não se concretizou tendo em vista o filho biológico pela técnica reprodutiva.

Os meus interlocutores falaram demoradamente sobre a adoção, cada qual ressaltando as suas particularidades. Carla explica que ela e o esposo cogitaram adotar uma criança, ainda que com algumas reservas. Ela diz que: "*A gente optou por até dois meses, mas não importava cor, não importava sexo, não, a gente queria um bebê de até dois meses porque eu queria passa pelas fases*". Para Maria e o marido Miguel, a adoção ainda não está totalmente descartada, mesmo com o nascimento dos filhos biológicos e com uma primeira experiência negativa.

"Siiiiim, nós estávamos na fila de adoção..."passamos por entrevista, participamos, inclusive, chegaram a nos chamar uma

⁵¹ BARBOSA, R. M. "Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas". Revista Estudos Feministas, 8, 1, 2000, p. 212-228.

⁵² CORRÊA, M. V.; LOYOLA, M. A. "Novas Tecnologias Reprodutivas". *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9, 1, 1999, p. 228: "Os contrastes entre essas práticas podem ser ainda mais agudos no Brasil, país marcado por desigualdades sociais, onde se aprofunda progressivamente o problema da exclusão social, que atinge, antes de mais nada, grupos como os formados pelas crianças".

⁵³ CORRÊA, M. V.; LOYOLA, M. A. "Novas Tecnologias Reprodutivas". *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9, 1, 1999, p. 229.

vez, tinha uma criança que estava pra adoção, era nossa vez na fila, né, é, não deu certo..."a assistente social e a psicóloga do fórum me ligaram e aí me contaram da criança, era uma criança maior já não lembro a idade dela..."é uma questão de você olha pra criança e dizer é essa, né, e, não. Inclusive a gente sentiu assim da própria criança uma resistência, né"...talvez seja algo que ainda role lá na frente, né" ⁵⁴.

O marido complementa:

"Não deu liga"..."não sei, posso tá enganado no meu ponto de vista, mas eu sempre falo nós dois branco"..."de repente ele estranhou, de repente ele olhou assim primeiro e ele não simpatizou" ⁵⁵.

Ana demonstrou dificuldade para falar sobre o assunto, como se nota: *"Não! de jeito nenhum!"..."Eu queria o meu filho", (se referindo ao filho biológico)..."nossa, é complicado, muito complicado"..."eu tenho muitos conflitos da questão da adoção".* Para Deise, a opção pela reprodução assistida em detrimento da adoção cai na recorrente busca do "filho do próprio sangue"; sua fala é então transacionada para a primeira pessoa plural, indício de uma decisão conjunta entre marido e mulher. Ela diz que: *"Não, nós nunca pensamos!"..."Porque assim adoção a gente não..."* (não conclui). Semelhante à justificativa de Deise, está a seguinte narrativa:

"Não, adoção a gente não pensou, a gente pensou mesmo em ter um filho da gente, a nossa ideia era ir até as últimas, até a última né, até a última chance, até a última alternativa que tivesse, tenta de tudo pra" (não conclui) ..."isso de repente seria um outro plano lá pra frente...mas, assim, a adoção a gente não chegou a cogitar, não" ⁵⁶.

Lucia, de modo diverso relaciona a adoção como uma segunda alternativa: *"Se não ia te dado certo (se refere a FIV), a gente ia parti pra uma adoção".* Encontrei, ainda, um cenário em que a imposição masculina pelo filho biológico descartou, ainda que temporariamente, a escolha pela adoção:

"Meu marido falou assim, como custa, né, o processo, nós vamos tentar uma vez, nós vamos tentar uma vez, independente do tempo que leve, se não der a gente pensa em outras coisas, né, na adoção no caso. Então, eu falei, não, então tá, né, ele não me falou nunca, jamais, só falou eu quero primeiro tenta ter o meu filho, daí depois a gente vê" ⁵⁷.

A próxima entrevistada comenta sobre a relutância do marido e da mulher em relação à adoção e à perspectiva de adotar uma criança após a vinda da primeira filha pela RA:

"No início não, no início o meu marido meu completamente contra tudo, vamo tenta pela fertilização se não der certo daí a gente (não conclui) a ideia é essa uma fertilização, não quero adota, não quero adota, hoje em dia já não, hoje em dia ele já pensa bem

⁵⁴ Entrevistada Maria.

⁵⁵ Entrevistado Miguel.

⁵⁶ Entrevistada Cristina.

⁵⁷ Entrevistada Miriam

diferente e assim porque assim eu acho que teve aquele encantamento por te um filho, viu como é que é e ele teve essa vivência, então assim hoje em dia ele já pensa, não ou fazemos uma fertilização ou entramos numa fila de adoção eee qualquer uma das duas assim já tem aquela receptividade maior, de acolhe uma criança em casa mesmo que ela não seja sua geneticamente, né, não tem os seus traços genéticos, mas que ela mesmo assim é seu filho, então ele já tem aquela receptividade e eu antes de te a Jéssica⁵⁸ eu também não tinha essa...não não quero adota, não quero adota, como eu vou senti que ele ou ela vai se meu filho, né, e agora assim eu não sei a maternidade me trouxe uma vivência de acolhimento, de de de criança na minha casa”⁵⁹.

De fato, após ouvir/ler esses posicionamentos, fica a impressão de que para meus entrevistados o filho biológico (devido ao sangue e à carga genética que possui) é “mais filho” do que o adotado, que carrega o sangue e os genes de desconhecidos.

De acordo com a concepção mais introspectiva, a falha biológica do casal é exposta com a adoção, assim como na aceitação de material reprodutivo de um terceiro: excluir um dos parceiros da reprodução genética representa uma ameaça ao “equilíbrio do casal”, sobretudo, nos casos em que apenas um dos parceiros foi clinicamente considerado infértil.

Segundo Corrêa e Loyola⁶⁰, não bastasse o dilema inicial com a dificuldade de engravidar, como caminho “natural” a ser percorrido, existe a associação da infertilidade à ideia de que “talvez a natureza não queira que a gente tenha filho”. Manifestada como um temor do casal durante o tratamento, o campo da reprodução assistida é marcado por demais aspectos contraditórios, que dificultam a reprodução para as pessoas e casais desejosos.

A quase total instalação das tecnologias no setor privado da medicina é barreira que se impõe e produz a mesma lógica excludente que vige no quadro da saúde brasileira. Além disso, a inscrição de planos normativos como um itinerário para a reprodução marca a história brasileira. Isto é, a queda das taxas de fecundidade no país está intrinsecamente ligada à atuação dos médicos e da medicina, responsáveis pela instalação de uma potente prática contraceptiva no país.

Na década de 1970, a ideia da existência de uma sub-raça brasileira, decorrente da pobreza e de famílias numerosas e de seus malefícios para a segurança nacional e desenvolvimento, suscitou projetos não oficiais, mas consentidos pelo poder autoritário, que estimularam esterilizações em massa no País. É nesse contexto que surge a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (Bemfam) no Brasil, entidade privada que desenvolvia, com o apoio do governo militar, projetos para difundir as vantagens de uma família reduzida e o uso de práticas anticonceptivas modernas⁶¹.

Na década de 1980, tal política restritiva passou a ser questionada. O movimento feminista foi pioneiro nessa luta e começou a denunciar casos de esterilizações injustificadas e precoces. Em meados dos anos 90 as denúncias de excesso e as esterilizações cirúrgicas feitas de forma abusiva e descuidada da União voltaram a ser

⁵⁸ Nome fictício.

⁵⁹ Entrevistada Monica.

⁶⁰ CORRÊA, M. V.; LOYOLA, M. A. “Novas Tecnologias Reprodutivas”. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9, 1, 1999, p. 209-234.

⁶¹ SAMRSLA, M. et al. “Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital público do DF – Estudo bioético”. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, 53, 1, 2007, p. 48.

debatidas. Criou-se uma cultura da esterilização pela medicina higienista no Brasil, com impactos ainda hoje.

O cenário agora é outro. Muitos casais esterilizados no passado buscam ajuda nos hospitais públicos para engravidar. Atualmente (para que não se repita o erro do passado), os casais interessados em se submeter a procedimentos de esterilização passam por um processo de até dois meses, que inclui entrevista, palestras e aconselhamento.

Samrsla et al.⁶², entendem que assim como houve indiferença quanto a contracepção, o mesmo ocorre agora com as pessoas que almejam a concepção pela RA, sem condições de arcar com as despesas de tratamento de infertilidade em clínicas privadas. Eles dizem que a conscientização desse problema de saúde como política pública, alvo de correção por intermédio de uma justa distribuição de recursos, não é tema de debate. Logo, o Estado brasileiro não cumpre com o seu dever de oferecer ao cidadão o direito de acesso aos bens e serviços sem considerar as diferenças individuais, nem respeita o desejo de mulheres realizarem o sonho da maternidade à luz da Bioética, seja pela demora ou pela inexistência do aparelho público em corresponder a esse anseio de alto custo social.

É preciso estar ciente de que, no Brasil, quem precisa de tratamento para a reprodução assistida em hospitais públicos enfrenta um árduo caminho. Um exemplo é o Hospital Regional da Asa Sul (HRAS), hospital referência da rede de saúde do Distrito Federal, integrante do Sistema Único de Saúde, meio encontrado por mulheres e casais com problemas de fertilidade mas em condições econômicas desfavoráveis para arcar com as despesas de um tratamento que passa de R\$ 10.000 (dez mil reais) por tentativa. Em 2004, o serviço possuía uma fila de espera para a fertilização *in vitro* com 1.865 (um mil oitocentos e sessenta e cinco) pacientes inscritas.

Ao mesmo tempo em que a espera imposta pelo Estado pode desestimular algumas mulheres, ela potencializa a expectativa de outras pelo tratamento, as quais contarão com um tempo de espera irregular e com poucas informações preliminares, incluindo, a imprevisibilidade do repasse de medicamentos indispensáveis para a fertilização *in vitro*.

Portanto, estudos sobre a RA no Brasil descortinam um cenário carente de regulação e com uma "privatização da medicalização da fecundidade feminina", que contribui para o acobertamento de dados sobre "efeitos colaterais de medicações, número de embriões produzidos, implantados, descartados, congelados, proporção de gestações múltiplas e condições dessas gestações"⁶³.

Ao longo desta pesquisa é perceptível que a maternidade e a paternidade como um projeto, e as entrevistas confirmaram essa conclusão, haja vista o planejamento de vida (social, financeiro, cronológico) entendido como um propósito para meus informantes. No entanto, quando ele não é alcançado de modo "natural" e espontâneo, é possível notar a fragilidade de alguns casais frente à inesperada infertilidade, vista por eles como um obstáculo ao almejado fim: o filho. Homens e mulheres se sentem incompletos com a impossibilidade da prole. Para eles a virilidade é atingida e para elas a identidade feminina plena, realizável apenas com a maternidade, não é conquistada. Em geral, as malsucedidas tentativas de gravidez dão ensejo a frustrações que podem evoluir para quadros de conflitos emocionais e psicológicos, além de não ser incomum a presença de piadas e brincadeiras por parentes e amigos, ensejando rótulos e estigmas. A corrida passa a ser, na maioria das vezes, contra o "relógio", de modo que o corpo feminino é precipuamente exposto a intervenções, medicações e seus efeitos, objetivando a prole biológica. Diante disso, muitos casais se percebem expostos: a

⁶² SAMRSLA, M. et al. "Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital público do DF – Estudo bioético". *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, 53, 1, 2007.

⁶³ SAMRSLA, M. et al. "Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital público do DF – Estudo bioético". *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, 53, 1, 2007, p. 48.

esfera íntima da filiação e a sexualidade convertem-se em dimensão extra vida privada, repercutindo, inclusive, na esfera social.

A bibliografia me indicava e as entrevistas foram confirmatórias: a filiação biológica e genética tem enorme precedência sobre a filiação social, pois do contrário não haveria a intensa busca pela reprodução assistida, e a adoção poderia ser uma via mais aceitável. A justificativa na perspectiva dos entrevistados é a de que o filho biológico, devido ao sangue e à carga genética é "mais filho" do que o adotado, que carrega o sangue e os genes de desconhecidos.

Com relação aos meus entrevistados de Marechal Cândido Rondon que se utilizaram das práticas da reprodução assistida, observei que além da prioridade pelo filho biológico, há um forte apelo ao sangue e à moral incutida nesse laço sanguíneo. Também o aspecto narcísico é evidenciado quando relatam que a filiação biológica é um modo de continuidade de si e da família, e, por fim, apenas com a constituição da família nuclear tradicional se sentem incluídos socialmente. Constatei, ainda, mais duas características importantes, além das acima mencionadas: a primeira é que a medicalização da RA parece estar a serviço da parentalidade, ou seja, os pais são coconstruídos, mesmo participando parcialmente das decisões médicas e dos serviços para a continuidade da família nuclear heterossexual. Os papéis de mãe e de pai são fortalecidos por essa intervenção tecnológica e o componente sexual é transferido para a função simbólica da necessidade biológica que assegura o compromisso do casal para quem o filho é considerado "natural". Desse modo, os relacionamentos implicados na família precedem a medicalização da reprodução para assegurar relações de parentesco e descendência biológicos e sociais.

Considerações finais

A dicotomia entre o cultural e o "natural" invade a noção de família, no sentido de identificá-la ou como produto do social ou da natureza (este último remete à ideia de mistério e de algo involuntário). A categoria "natural", sob a tendência tradicional, aproxima mulher e natureza, e minimiza a liberdade de escolha e de autonomia, justamente pelo "natural" não depender de uma decisão do sujeito. A concepção moderna de indivíduo subordina a autonomia em favor de um ato de vontade, o qual compreende um leque de possibilidades (uma das possibilidades é produzir uma gravidez "natural", por intermédio de um extenso aparato tecnológico).

Vontade e subordinação por um lado, e "natural" e "artificial" por outro, recobrem o que Vargas, Russo e Heilborn⁶⁴ (2010, p. 160) caracteriza como um conflito constitutivo da pessoa moderna: de um lado o sujeito da razão "desprendida", cuja postura instrumental (racional) implica a objetificação e neutralização da natureza, vista como separada do sujeito; de outro, o sujeito como parte de uma totalidade (a própria natureza) que ele só pode conhecer através da experiência encarnada.

Acreditamos que os impasses com que se deparam, na contemporaneidade, homens e mulheres, no que tange às decisões reprodutivas, são expressões desse conflito constitutivo ou da "tensão inarredável" entre racionalismo e romantismo a que se refere Duarte⁶⁵. Assim, o filho como fruto do desejo, do amor, quanto como resultado de um cálculo racional e produto da tecnologia médica, aponta para duas concepções aparentemente contraditórias que convivem na experiência e nas representações do imaginário moderno.

Nesse sentido, um emaranhado de conjugações familiares pode ser visualizado na prática: a família contemporânea como individualista; a família "democrática", visualizada por uma "paridade" entre os membros que a compõem; a família

⁶⁴ VARGAS, E. P.; RUSSO, J. A.; HEILBORN, M. L. "Sexualidade e reprodução: usos e valores relativos ao desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro, Brasil", *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(1), jan. 2010, p. 160.

⁶⁵ DUARTE, L. F. D. "Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica". In: Grossi M, P, Tassinari A, Rial C, organizadores, *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, p. 17-36, 2006.

"relacional", caracterizada pela flexibilidade das alianças, cujas decisões dependem do consentimento dos cônjuges e das crianças; a família "recomposta", resultante da dialética entre composição, decomposição e recomposição, quando novos membros são integrados facilmente; a família desinstitucionalizada torna-se o significado de um assunto privado, é o *locus* da promoção do indivíduo hiper-contemporâneo; a família dita "marginalizada", cujo arquétipo foi por muito tempo a família monoparental, é designada pela sua desafiliação, isto é, sua estruturação é tão caótica que não consegue conter a autonomia radical de seus membros.

Referências

- ABREU FILHO, O. de. *Raça, Sangue e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.
- BARBOSA, R. M. *Desejo de filhos e infertilidade: um estudo sobre a reprodução assistida no Brasil*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- _____. "Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas". *Revista Estudos Feministas*, 8, 1, 2000, p. 212-228.
- BARROS, M. L. de. *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- BEAUD, S.; WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. 2. ed. Vozes, Petrópolis, 2014.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 23, de 27 de maio de 2011. Dispõe sobre o regulamento técnico para o funcionamento dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos e dá outras providências.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 29 de 12 de maio de 2008. Aprova o Regulamento Técnico para o cadastramento nacional dos Bancos de Células e Tecidos Germinativos (BCTG) e o envio da informação de produção de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento.
- BRASIL. Lei Federal 6.437 de 20 de agosto de 1977. Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB*. Brasília, 2000.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.
- CORRÊA, M. V. "Ética e reprodução assistida: a medicalização do desejo de filhos". *Revista Bioética*, 9, 2, 2001, p. 71-82.
- _____. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* EDUERJ, Rio de Janeiro, 2001.
- CORRÊA, M. V.; LOYOLA, M. A. "Novas Tecnologias Reprodutivas". *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9, 1, 1999, p. 209-234.
- DUARTE, L. F. D. "Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica". In: Grossi M, P, Tassinari A, Rial C, organizadores, *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Nova Letra, Blumenau, 2006, p. 17-36.
- DURKHEIM, É. "La famille conjugale". *L'Année Sociologique*, 1892, p. 35-49.

- FACHIN, L. E. "Direito além do novo Código Civil: novas situações sociais, filiação e família". *Revista brasileira de direito de família*, Porto Alegre, 5, 17, abr/maio, 2003, p. 101-121.
- FERRY, L. *Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização*. Trad. Jorge Batos. Objetiva, Rio de Janeiro, 2010.
- FRANKLIN, S. *Embodied Progress. A cultural account of assisted conception*. Routledge, London and New York, 1997.
- HERITIER, F. "Symbolique de l'inceste et de sa prohibition", in Izard, M. e Smith, P., *La Fonction symbolique*, Gallimard, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Enciclopédia 20. Parentesco*. EINAUDI, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- _____. *Antropologia estrutural*. 6. Ed., Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LUNA, N. *Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas*. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007.
- MOÁS, L. da C.; CORRÊA, M. C. D. V. "Filiação e tecnologias de reprodução assistida: entre medicina e direito". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20, 2, 2010, p. 591-607.
- SALEM, T. "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". *BIB*, Rio de Janeiro, 21, 1, 1986, p. 25-39.
- SAMRSLA, M. et al. "Expectativa de mulheres à espera de reprodução assistida em hospital público do DF – Estudo bioético". *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, 53, 1, 2007, p. 47-5.
- SCHNEIDER, D. *American kinship: a cultural account*. Prentice-Hall, New Jersey, 1968.
- _____. *A Critique of the Study of Kinship*. The University of Michigan Press, Ann Arbor, 1984.
- SCHUCH, P. *Família no plural: considerações sobre família e parentesco (À Luz de seus Confrontos de Significados num Órgão de Justiça Juvenil)*. 2005. Disponível em: <www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/noticias/987/PatriceSchuch.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- STOLCKE, V. "New Reproductive technologies: the old quest for father hood". *Reproductive and Genetic Engineering*, 1, New York, 1988, p. 5-19.
- _____. "Derechos reproductivos". In: AZEREDO, S. & STOLCKE, V. (Coords.) *Direitos Reprodutivos*. FCC/DPE, São Paulo, 1991.
- STRATHERN, M. *After nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Manchester University Press, Manchester, 1992a.
- _____. *Reproduction the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester University Press, Manchester, 1992b.
- _____. "Necessidades de pais, necessidades de mães". *Revista Estudos Feministas*, 3, 2, 1995, p. 303-329.
- TAMANINI, M. "Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: o paradoxo da vida e da morte". *Revista Tecnologia e Sociedade*. Editora da UTFPR, Curitiba, 3, 2006a, p. 211- 249.
- _____. "Tecnologias conceptivas: da intervenção tecnológica à moral do ter que fazer". In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana (Org.). *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006b, p. 271-293.
- VARGAS, E. P.; RUSSO, J. A.; HEILBORN, M. L. "Sexualidade e reprodução: usos e valores relativos ao desejo de filhos entre casais de camadas médias no Rio de Janeiro, Brasil", *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(1), jan. 2010, p. 153-162.

- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 2. Ed., Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1999.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B. de; ARAÚJO, R. B. de. "Romeu e Julieta e a origem do Estado". In: VELHO, Gilberto (comp.), *Arte e sociedade*. Rio, Jorge Zahar, p. 130-169, 1977.
- WARNOCK, M. et al. *Report of the Committee of Inquiry into Human Fertilisation and Embryology*. Her Majesty's Stationery Office, London, 1984.
- WEBER, F. "Lares de cuidado e linhas de sucessão: algumas indicações etnográficas na França, hoje". *Mana*, 12, 2, 2006, p. 479-502.